

A infância e a criança em famílias de uma comunidade litorânea

Gabriel Fortes Cavalcanti de Macêdo – UFAL – fortes-gabriel@hotmail.com

Heliane de Almeida Lins Leitão – UFAL – helianeleitao@uol.com.br

Adélia Augusta Souto de Oliveira – UFAL – adeliasouto@ig.com.br

Angelina Nunes de Vasconcelos – UFAL – angelmensageira@msn.com.br

Ariana Cavalcante de Melo – UFAL – arianacmelo@hotmail.com

Rômulo Marcelo dos Santos Correia – UFAL – romulofenix@yahoo.com.br

1. Introdução

O clássico trabalho de Ariès (1981) propôs a relativização de uma concepção naturalizada da infância, considerando-a uma construção social e histórica. A concepção de infância, as diferenças entre adultos e crianças e o posicionamento relacional entre eles são construções de cada grupo social. Numa sociedade plural como a brasileira, é pertinente a expectativa de grandes variações nas formas de organização familiar, assim como no lugar ocupado pela criança nos diversos grupos sociais. Sodré (2006), por exemplo, constata a existência de diferentes infâncias brasileiras ao analisar as desigualdades sociais e as distintas realidades existentes no meio urbano e rural. As concep es de família e infância prevalentes na classe média e alta, parecem insuficientes para compreender a realidade das famílias brasileiras, especialmente em camadas sociais mais pobres (HEILBORN, 1997; SZYMANSKY, 1997; BUSTAMANTE & TRAD, 2005).

Castro (2002) reconhece a infância como elemento estruturante nas rela es sociais e na cadeia geracional, destacando a relevância de se conhecer novas possibilidades de significar a infância na contemporaneidade. Afirma, ainda, a efetiva capacidade da criança em discorrer acerca de sua própria experiência e realidade. Disso decorre a importância de estudos sobre a infância que considerem a perspectiva da própria criança.

O presente trabalho foi desenvolvido no contexto de um projeto de pesquisa longitudinal com famílias de uma comunidade litorânea no Nordeste brasileiro, a qual sofreu grandes transforma es a partir da chegada do turismo de massa. No estudo com famílias emergem várias questões acerca da organiza o da rede das rela es familiares, tais como os lugares ocupados por homens e mulheres, adultos e crianças. O objetivo deste trabalho é investigar a infância, o lugar da criança e a rela o adulto-criança em famílias da comunidade estudada, considerando-se as perspectivas do adulto e da criança. A família é estudada no contexto sócio-cultural da comunidade na qual está inserida, considerando-se os impactos psicossociais gerados pelas transforma es decorrentes da indústria do turismo na localidade, tais como novas formas de atividade produtiva e de rela es comunitárias, estabelecendo rupturas com a cultura tradicional (OLIVEIRA, 2002, 2005).

2. Metodologia

Os participantes do estudo foram seis famílias nucleares constituídas por pai, mãe e, pelo menos, duas crianças com idades entre 6 e 11 anos que moravam na mesma residência. As famílias apresentam nível sócio-econômico baixo e, em sua maioria, são nativas da comunidade. Os dados foram obtidos através de diversos instrumentos e procedimentos. Foram realizadas entrevistas individuais semi-estruturadas com cada membro da família, na qual foram investigadas as relações familiares e o envolvimento do pai na vida familiar. Em seguida, pais, mães e crianças foram solicitados a completar histórias a partir de material semi-projetivo apresentando situações que ilustram aspectos do cotidiano de crianças. Posteriormente, as crianças foram solicitadas a produzir e analisar 'retratos da família' através de fotografias e desenhos. Foram, ainda, realizadas entrevistas semi-estruturadas com os pais e as mães de quatro famílias para investigação de fatores intergeracionais, a partir de perguntas acerca de suas famílias de origem, sua infância e relação com seus próprios pais, sua família atual e expectativas para as famílias que seus filhos constituirão no futuro.

3. Resultados

De um modo geral, foi observado que a visão que os adultos têm da infância e da criança se diferencia em muitos aspectos da visão das próprias crianças. Os resultados analisados foram agrupados em três eixos: a concepção de infância na perspectiva dos pais, na perspectiva das crianças e descontinuidades intergeracionais. A partir destes eixos principais, os resultados foram organizados de acordo com alguns temas que emergiram como mais representativos das falas e produções analisadas.

3.1 Ser para o futuro *versus* criança no presente

A criança é vista pelos adultos como um ser para o futuro, cujo valor reside numa possibilidade de emergir de uma correta educação. Para os pais, os filhos são seres em desenvolvimento, semelhantes a "sementes" em crescimento, nas quais centram as suas expectativas para o futuro. Em consequência, as crianças não são reconhecidas pelos adultos como sujeitos, mas parecem representar uma categoria de vir a ser, na qual está depositada a expectativa parental, ou seja, naquilo que a criança lhes dará de retorno quando crescer.

Associada a esta concepção, está a visão de que a criança é totalmente dependente, não só no aspecto financeiro, mas na resolução de problemas e no manejo da realidade. Neste sentido, as crianças são vistas pelos adultos como desprovidas de qualquer autonomia, algo que se contradiz com a realidade evidenciada pelos próprios pais ao relatarem as travessuras dos seus filhos. Para os pais, as crianças não têm um mundo próprio para além daquele que os adultos lhes oferecem. Em consonância, as brincadeiras e parcerias entre crianças não são reconhecidas ou valorizadas pelos adultos.

Em contraste, as próprias crianças centram suas atenções, planos e expectativas no presente, sem fazer grandes projeções no tempo, falando sobre si mesmas como sujeitos que existem no hoje e não para o futuro. Em geral, não demonstram aspirações

futuras ou o desejo de ocupar o lugar do adulto, expressando, por outro lado, o desejo de possuir mais autonomia hoje, focando suas atividades e expectativas no tempo presente.

As crianças expressam a compreensão de que possuem atribuições e responsabilidades na família e afirmam a importância de uma rede de relações de parceria com seus pares. Falam sobre seu cotidiano, seu dia-a-dia e atividades que realizam, tais como ir à escola, tarefas domésticas e brincar, sem se referir aos adultos. Dessa forma, assumem certa independência, mostrando-se capazes de assumir responsabilidades de forma autônoma. Nas situações em que se sentem mais vulneráveis como, por exemplo, quando estão doentes ou têm pesadelos, recorrem à ajuda dos pais; no entanto, mostram certa autonomia emocional lidando sozinhas com situações de tristeza e medo. Demonstram autonomia principalmente no que diz respeito às brincadeiras, as quais são consideradas prerrogativas do mundo infantil, não cabendo a interferência adulta.

3.2 Relações intergeracionais: hierarquia, submissão e resistência

Os pais apresentam uma visão naturalizada da infância e uma expectativa negativa em relação à criança. A criança é percebida pelos adultos como alguém incapaz, que não tem conhecimento, com tendência ao erro, devendo ser educada e vigiada. Tal concepção leva a compreensão de que ela representa preocupação constante para os pais. Segundo os pais e mães entrevistados, as crianças representam preocupação, responsabilidades e investimento, não sendo referidas como fonte de afeto ou orgulho. Para os homens, o vínculo com os filhos é demonstrado principalmente através da preocupação com a provisão financeira, o que se evidencia na fala de um deles: “cuidados, quase todos é o financeiro”. Assim, a demonstração de vínculo e preocupação com os filhos se evidencia quando o pai trabalha duro para possibilitar condições de sobrevivência. As mães, por sua vez, se preocupam com o cuidado e atenção com as crianças no sentido dos cuidados básicos, carinhos e satisfação de necessidades emocionais. São as mães que passam mais tempo com as crianças, oferecendo-lhes os cuidados mais imediatos, sendo também elas que mais se queixam das crianças e da trabalhosa tarefa de cuidar delas.

Estas observações evidenciam questões de gênero nas relações familiares, na medida em que há uma clara divisão de papéis entre pais e mães, sendo a responsabilidade financeira atribuída ao pai enquanto a mãe assume uma função afetiva e cuidadora, seguindo um modelo tradicional de família.

Em decorrência desta visão da infância e da criança, as relações pais-filhos são marcadas pela hierarquia onde se evidenciam a superioridade do adulto e a sua busca de controle do comportamento da criança através da orientação vigilante, castigo e punição.

Segundo os adultos, cabe aos pais e mães educar, orientar e guiar os passos dos filhos, que naturalmente seguem o caminho do erro. Em sua busca por submissão e obediência, afirmam usar frequentemente castigos físicos, os quais são justificados como forma de garantir sua autoridade. Esta prática aparece apoiada nas lembranças de suas próprias infâncias, quando sofreram castigos físicos. Tais lembranças são rememoradas de forma positiva, associadas à convicção que teriam já naquela época, de que estavam sendo punidos para se tornarem pessoas melhores. Desta forma, justificam a si mesmos e aos seus próprios pais, revelando importantes elementos de continuidade intergeracional, na medida em que repetem com seus filhos aquilo que vivenciaram com seus próprios pais.

As diversas situações analisadas revelam que não existe respeito à vontade da criança, caracterizando-se uma dinâmica familiar onde prevalece o desejo dos adultos. As falas e o material produzido pelas crianças demonstram sua insatisfação diante dos esquemas de autoridade na família, através de queixas e reclamações. Apesar de demonstrarem afeto pelos pais, as crianças percebem os adultos principalmente como aqueles que interditam seu desejo, sendo as referências a eles constantemente associadas a situações de repreensão, castigo e punição. Enquanto os pais supõem educar através da punição, as crianças percebem o castigo como algo de que devem fugir, sem que possam tirar desta situação nenhum tipo de aprendizagem ou reflexão. A preocupação em não ser castigado parece ser a única resultante desta prática educativa.

A resposta das crianças à severa autoridade dos adultos é marcada por movimentos contraditórios em relação aos pais, pois em parte são dependentes e obedientes, mas também expressam sua insatisfação e resistência, frustrando as expectativas parentais. As crianças demonstram uma grande capacidade de resistência à autoridade parental, a qual se manifesta de diversas maneiras: escondem o que fazem de errado, elegem elas mesmas seus parceiros, definem o que gostam ou não gostam em relação aos pais, sendo críticos em relação a eles. Observam-se aí diferenças de gênero e idade, pois as crianças mais velhas e as meninas são mais críticas em relação aos pais. As crianças se apresentam, portanto, como sujeitos relativamente autônomos, com vontades próprias, capacidade de julgamento e de fazer escolhas, contrariando as expectativas dos adultos de que elas devam ser submissas e totalmente dependentes de seus pais.

Um dos caminhos utilizados pelas crianças para resistir à autoridade e dependência dos pais, encontra-se no âmbito da fantasia, como modo de elaborar seu sofrimento, expressar e realizar suas vontades. Através dos desenhos e respostas às histórias semi-projetivas, as crianças expressam seus sentimentos de forma mais livre, revelando insatisfação, raiva, ressentimento e insubmissão diante da tirania do adulto, obtendo assim alívio e gratificação, através da expressão lúdica e simbólica.

No entanto, a autonomia das crianças é parcial, pois em grande extensão permanecem dependentes de seus pais e sob sua influência. Demonstram assimilar e reproduzir valores familiares, tais como a educação e o trabalho. Além disso, fazem eco às afirmações dos adultos de que devem se comportar bem, compreendendo o castigo como resultado de seu mau comportamento. As crianças expressam, ainda, identificação e desejo de se parecerem com seus pais, como, por exemplo, o menino que afirma repetidamente sua vontade de ser trabalhador como seu pai.

3.3 Relações intrageracionais: parceria e brincadeira

Nos relatos das crianças, a infância significa brincar, parceria e tensão entre dependência e autonomia em relação aos adultos. Suas falas e produções destacam principalmente as relações entre crianças, as brincadeiras e a ocupação de espaços externos. Em sua grande maioria, as fotos e desenhos das crianças apresentam primos e irmãos, confirmando a importância da relação entre pares no cotidiano. Os adultos não são considerados parceiros de brincadeira ou de conversa, sendo este papel ocupado por outras crianças, que formam assim uma rede própria de relacionamentos, altamente valorizada por elas. Esta rede é, frequentemente, desconsiderada pelos adultos que não acreditam na capacidade das crianças de aprenderem juntas e oferecerem apoio mútuo.

Nos desenhos as crianças se expressam com maior liberdade, apresentando situações felizes, de lazer e brincadeiras com pares. As famílias retratadas estão sempre

em situações de lazer e fora de casa. Os desenhos e o estudo observacional são reveladores neste sentido, pois contrariam afirmações feitas pelos pais, nas quais eles informam que o cotidiano das crianças se restringe à escola e à casa, não sendo a rua citada como um espaço que a criança ocupa. Em contraste, nos desenhos as crianças demonstraram que a rua é o espaço que elas mais gostam de ocupar, sendo nele onde acontecem as brincadeiras e as conversas com amigos. O estudo observacional confirmou que as crianças circulam muito pelas ruas, praia e lojas, sempre em grupos e pouco vigiadas pelos adultos, que as observam de longe, dando ordens ou as repreendendo.

Foram observados modos próprios de sentir, pensar e agir no contexto da rede relacional entre crianças. As análises revelaram disputas, ciúmes, brigas e carinhos, caracterizando uma relação horizontal igualitária que possibilita uma comunicação franca e espontânea entre elas, a qual está ausente no relacionamento com os adultos. As crianças podem falar umas das outras, fazer críticas e expressar seus sentimentos sem receios ou constrangimento. Já na relação com os pais, os sentimentos são expressos de forma tímida e indireta.

3.4 Infância e relações de gênero

Como já indicado, a organização das famílias estudadas segue um modelo tradicional de divisão de papéis por gênero. A mulher tem atribuições específicas com relação ao cuidado da casa e das crianças enquanto cabe ao marido a função de provedor. As crianças participam nesta dinâmica, se identificando com tais atribuições e assumindo tarefas consideradas pelo grupo apropriadas ao seu próprio gênero. As meninas seguem os passos das mães assumindo as obrigações com o lar e com os irmãos, sendo este cuidado constatado nos estudos observacionais que ocorreram na rua, sem supervisão de adultos. Ou seja, mesmo quando não existem adultos por perto as meninas cumprem com a responsabilidade de cuidar das crianças mais novas. Desta forma há uma clara tendência a se reproduzir na cadeia intergeracional os estereótipos de gênero.

A autoridade paterna é mais valorizada do que a autoridade materna. Na ausência do pai, a mãe muitas vezes faz referência à autoridade paterna como forma de sustentar sua própria autoridade e obter obediência. No entanto, a presença da mãe nos assuntos do cotidiano das crianças é constante, sendo a sua autoridade exercida de forma marcante. As crianças parecem compreender bem a dinâmica das relações de gênero na família, sendo capazes de distinguir o que cabe a cada um, o que deve ser solicitado ao pai ou a mãe, demonstrando assim uma acurada capacidade na resolução de seus problemas.

Nas falas e produções das crianças é possível identificar elementos do desenvolvimento de gênero na constituição de suas subjetividades. Nos desenhos, meninos e meninas são representados em grupos separados, tendência que se confirmou durante os estudos observacionais pela constatação desta preferência pelas parcerias de mesmo gênero. Suas falas revelam também traços de sentimentos típicos da relação edípica no contexto da família, mostrando, frequentemente, o apego do filho à mãe e da filha ao pai, assim como um misto de rivalidade, admiração e identificação do menino para com seu pai e da menina para com sua mãe. Elementos de gênero, portanto, caracterizam e distinguem a concepção e a experiência da infância no grupo pesquisado.

3.5 Significando as transformações sócio-culturais e descontinuidades intergeracionais

A comunidade estudada passou por grandes mudanças que causaram impactos nas relações familiares, tais como a desvalorização do trabalho típico da região (a pesca), o surgimento do turismo de massa e o envio das crianças para a escola ao invés de para o trabalho junto com os pais. Estas transformações no contexto sócio-cultural produziram novas formas de sociabilidade provocando uma ruptura grande entre as gerações.

A infância que estes adultos viveram e a que seus filhos vivem hoje é muito diferente em vários aspectos. Pais e mães relatam que viveram uma infância de grande privação financeira e intelectual, precisando trabalhar desde cedo. Afirmam que seus filhos vivem uma infância com menos dificuldades, a qual está centrada na escola e no acesso rápido à informação, ao invés de no trabalho. Reconhecem que o próprio contexto comunitário se modificou e a relação entre pais e filhos não é a mesma de alguns anos atrás. Os pais se queixam e não compreendem por que seus filhos não os respeitam e obedecem, considerando as crianças de hoje preguiçosas e desobedientes. Por sua vez, as crianças não compreendem os valores de seus pais.

As falas dos adultos demonstram certo saudosismo e valorização do passado. Segundo eles a infância no passado era muito boa, pois as crianças obedeciam aos pais que podiam exercer sua autoridade sem interferências. Consideram a autoridade parental incontestável, criticando as mudanças sociais ocorridas neste sentido.

É importante destacar que hoje as crianças estão mais capacitadas a questionar a autoridade dos pais. Isto se deve, em parte, ao acesso fácil e rápido à informação, que as habilita a contestar o conhecimento adquirido por seus pais e a, inclusive, poder ensiná-lhes coisas novas. No contexto da comunidade estudada, este aspecto é particularmente relevante na medida em que os adultos apresentam baixo nível de escolaridade. Além disso, a mídia e os órgãos públicos gerenciadores de políticas de assistência, cuidado e proteção à infância, divulgam amplamente os direitos das crianças.

Com frequência os pais entrevistados expressaram sua insatisfação com certos princípios sustentadores das políticas públicas, os quais são percebidos por eles como uma obstrução ao exercício de sua autoridade. Sentem sua autoridade questionada e enfraquecida pelo discurso e ação do conselho tutelar, por exemplo, ao tempo em que compreendem que os filhos adquirem certo poder sobre eles. Estas mudanças na família, claramente associadas a transformações sociais mais amplas, são percebidas e sentidas de forma negativa pelos pais, que embora as constatem não as aceitam.

No relato dos pais uma importante diferença entre a infância vivida no passado e a infância hoje é a substituição do trabalho pela escola. Esta constatação é fonte de contradições nas falas dos pais, pois embora afirmem fortemente a importância central da escola como garantidora do futuro dos filhos, revelam dificuldade em compreender completamente tal mudança, duvidando desta premissa e sugerindo que a escolaridade não seja suficiente. Não sabem como dar assistência aos filhos quanto a questões escolares, delegando totalmente esta responsabilidade à escola. Além disso, valorizam e defendem sua experiência de trabalho infantil, considerando que ela contribuiu para a formação de seu caráter e aquisição de responsabilidade. Associado a isto, os pais, em especial as mães, expressam seu sofrimento através de queixas de que os filhos são ociosos, sem responsabilidade, comparando-os consigo mesmos que eram crianças trabalhadeiras, auxiliando seus pais nos cuidados e trabalhos diários. Possivelmente estes pais assimilam parcialmente o discurso social vigente de que a criança não deve trabalhar, mas estar na escola, enquanto se confrontam com suas próprias histórias de

vida, construídas basicamente a partir de experiências de trabalho desvinculadas da educação formal.

4. Concluindo

As famílias estudadas apresentam uma organização tradicional, onde prevalecem relações hierárquicas entre adultos e crianças, estando a dinâmica familiar centralizada na perspectiva e desejo do adulto. De modo geral, as crianças representam preocupação e responsabilidade para os pais, enquanto estes são vistos por elas principalmente como interditores e frustradores de seus desejos. Embora dependentes dos adultos, as crianças desenvolvem relativa autonomia buscando satisfazer suas necessidades, estabelecendo através das brincadeiras e rede de parcerias seu espaço de existência subjetiva.

Observam-se descontinuidades intergeracionais nas relações entre adultos e crianças as quais estão interligadas com as grandes transformações sofridas na comunidade e no seu contexto sócio-cultural.

Referências

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BUSTAMANTE, V.; TRAD, L.A.B. Participação paterna no cuidado de crianças pequenas: um estudo etnográfico com famílias de camadas populares. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 21, n. 6, p. 1865-1874, nov./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 4 mai. 2006.

CASTRO, L. R. A infância e seus destinos no contemporâneo. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 8, n.11, p. 47-58, jun. 2002.

HEILBORN, M. L. O traçado da vida: gênero e idade em dois bairros populares do Rio de Janeiro. In: MADEIRA, F. R. (Org.), **Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil**. Rio de Janeiro: Record/ Rosa dos Tempos, 1997.

OLIVEIRA, A. A. S. de. **Turismo de massa e segregação psicossocial em uma comunidade litorânea no nordeste brasileiro**: uma análise a partir da experiência de resistência e submissão das crianças. 2005. 213 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

OLIVEIRA, A. A. S. de **Praia do francês uma comunidade invadida pelo turismo**. Recife: Massangana da Fundação Joaquim Nabuco, 2002.

SODRÉ, L. G. P. A (re)significação do papel da criança em diferentes contextos sociais e um breve paralelo com o modelo de desenvolvimento vigente. In: COLINVAUX, D., LEITE, L.B.; DELL'AGLIO, D. D. (Orgs.), **Psicologia do desenvolvimento**: reflexões e práticas atuais. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

SZYMANSKI, H. Teorias e “teorias” de famílias. In: CARVALHO, M. C. B. de (Org.), **A família contemporânea em debate**. 2ª edição. São Paulo: EDUC/Cortez, 1997.